




A REVOLTA DO RIO DO PEIXE E SEU GESTO PEDAGÓGICO COLONIAL, MINAS DO SERRO DO FRIO/MG, 1711-1715

THE *RIO DO PEIXE* REVOLT AND ITS COLONIAL PEDAGOGICAL GESTURE, MINES OF SERRO DO FRIO/MG, 1711-1715

Danilo Arnaldo Briskievicz*

Instituto Federal Minas Gerais - IFMG

 <https://orcid.org/0000-0002-7652-1959>

doserro@hotmail.com

RESUMO: Em torno da definição do conceito de gesto pedagógico colonial, fundamentado nas relações políticas como fenômenos de poder, autoridade e violência, buscamos a escrita justa e necessária da narrativa histórica da Revolta do Rio do Peixe (atual Alvorada de Minas/MG), acontecida nas minas do Serro do Frio (Vila do Príncipe, Serro/MG), entre 1711 e 1715. A metodologia circunscreve-se à pesquisa bibliográfica histórica, biográfica e política. Os resultados mostram a necessária atualização do léxico colonial da noção de guerra civil, desobediência civil e modernidade política, bem como os questionamentos necessários em torno dos conceitos de poder e violência, embasados em M. Foucault e H. Arendt; demonstramos como a violência, a autoridade, o poder, a desobediência civil, a vigilância e a punição, os dispositivos usados cotidianamente nas relações micromoleculares da política, foram vivenciados como dinâmicas políticas nas minas do Serro do Frio, de 1702 até 1715.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Colônia, guerra civil colonial, modernidade política.

ABSTRACT: Around the definition of the concept of colonial pedagogical gesture, based on political relations as phenomena of power, authority and violence, we seek the just and necessary writing of the historical narrative of the Rio do Peixe Revolt (currently Alvorada de Minas/MG), which took place in mines of Serro do Frio (Vila do Príncipe, Serro/MG), between 1711 and 1715. The methodology is limited to historical, biographical and political bibliographic researched. The results show the necessary updating of the colonial lexicon of the notion of civil war, civil disobedience and political modernity, as well as the necessary questions surrounding the concepts of power and violence, based on M. Foucault and H. Arendt. We demonstrate how violence,

* Graduação em Filosofia com licenciatura em Filosofia, História e Sociologia. Graduação e licenciatura em Pedagogia. Profissional da História. Especialização em Temas Filosóficos e mestrado em Filosofia. Doutorado em Educação. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) de Filosofia e Sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG.

authority, power, civil disobedience, surveillance and punishment, the devices used daily in the micromolecular relations of politics, were experienced as political dynamics in the Serro do Frio mines, from 1702 to 1715.

KEYWORDS: Colony Brazil, colonial civil war, political modernity.

O PONTO DE PARTIDA: O GESTO PEDAGÓGICO COLONIAL

No dia 14 de março de 1702, as minas do Serro do Frio, atual cidade do Serro/MG, foram descobertas pelo bandeirante paulista Antônio Soares Ferreira (c.1640-1720), seu filho João Soares Ferreira (c.1680-c.1750), Manuel Corrêa Arzão (c.1640-1733), procurador da Fazenda Real Baltazar de Lemos de Moraes Navarro (c.1660-1740) e o seu escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo (c.1660-c.1730). Ele, por primazia do descobrimento, mandou o escrivão registrar no *Livro da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucumbira* (PINTO, 1902, p. 939-962), as primeiras lavras serranas, com suas pintas de ouro de aluvião, nas proximidades do córrego do Lucas e do Quatro Vinténs. Pouco tempo depois, em 19 de abril de 1702, foi publicado o *Regimento dos Superintendentes, Guarda-mores e Oficiais Deputados nas Minas de Ouro* (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, v. 1, p. 313-324). Apesar da distância entre a descoberta das minas serranas e a publicação do *Regimento*, tudo foi feito como o costume da época já havia consagrado, anteriormente, e que pode ser conferido nos seus artigos: a lavras mais opulentadas foram escolhidas pe demarcadas pelo descobridor, seguida das lavras da Coroa portuguesa e o sorteio para os arrematadores, de acordo com o número de seus escravos. Os descobridores sabiam de cor e salteado como proceder nas lavras de ouro. As minas do Serro do Frio tornaram-se a Vila do Príncipe, em 1714.

A descoberta das minas do Serro do Frio em 1702 marcou para sempre o seu território. Houve, como de costume, constante colonização das terras para apresamento de indígenas, os “gentios da terra” e a premeditada expulsão de suas terras; o crescente fluxo de novos arrematadores ampliou os rendimentos das lavras para a Coroa portuguesa que não demorou a enviar enormes contingentes de escravos africanos, especializados na mineração, fossem da qualidade mina – os mais valorizados no mercado transatlântico e serrano –, angola, benguela, congo, moçambique, caboverde, etc.

Aprendiam-se e ensinavam-se lições cotidianas de poder e de autoridade. Todos aprendiam a quem obedecer de fato. No período situado entre 1702 e 1714, consolidaram-se estruturas de mando e obediências reguladas pelo *Regimento* de 1702 e os acordos entre

os descobridores e a Coroa portuguesa, presente localmente em Salvador, na Bahia, através do seu Governo-geral. Para ampliar a autoridade dos descobridores, surgiam novas patentes locais de superintendente-mor, sargento-mor, guarda-mor. Este gesto pedagógico colonial¹ expressa a formação territorial serrana em torno de relações de poder, autoridade, mando, obediência, violência e desobediência. A desobediência civil foi um traço marcante desses primeiros anos do gesto pedagógico colonial: os religiosos – frades, freis e monges beneditinos, franciscanos e carmelitas – eram temidos pela Coroa portuguesa por sua popularidade local e foram expulsos para se evitarem os mesmos desvios que já aconteciam na Bahia, com constante contrabando de ouro e relaxação moral; os “homens bons” opulentados de escravos e com grandes fortunas colocavam em xeque os mandos e desmandos dos desbravadores do sertão, os bandeirantes paulistas. Nesse território de convivência forçada em torno das primeiras lavras de ouro, formou-se um agrupamento político com regras escritas em regimentos, mas que necessitava do constante uso da violência para ser efetivo. Cabia aos descobridores paulistas manter a ordem e o sossego público. O gesto pedagógico colonial foi a forma de configuração dessa convivência política, estruturada na microfísica do poder (FOUCAULT, 2017), através do funcionamento de dispositivos e mecanismos de poder consagrados pela modernidade no século XVIII. O gesto pedagógico colonial é fundamentado nas relações moleculares do poder, da autoridade e das autorizações, uma vez que este poder não é algo vago, abstrato, ideal, antes está onde há seres sociais, constitui-se historicamente, devendo ser analisado a partir de seus instrumentos – institucionais ou não – do controle do corpo, de como ele é

1 Etimologicamente, o substantivo masculino gesto procede o latim *gestus*, participio passado de *gerere*, descreve aceno, movimento, sinal, manifestação, expressão, ação, prática e atitude, aquilo que dá origem a alguma coisa, o que ou quem traz consigo a capacidade de criação de algo novo. De modo geral, o gesto é a externalização do que alguém ou alguma coisa traz dentro de si, aquilo que a anima (FONSECA; ROQUETE, 1848, p. 554). Por isso, o antônimo de gesto é inexpressão, aquilo que não é manifestado de dentro para fora. O gesto é fenômeno: ele pode se apresentar como individual ou social, cultural, político, econômico, religioso e também pedagógico. Assim, o gesto pedagógico é um fenômeno heterogêneo e polissêmico por natureza. O termo pedagógico tem sua etimologia ligado ao substantivo feminino pedagogia derivado do grego *paidagōgós*, em que *paidos* refere-se à criança e *agoge* significa condução, ato de conduzir. O sentido mais antigo dos gregos está ligado à condução de crianças pela mão à escola por escravos de famílias ricas. Atualmente, o sentido é o de conduzir a criança, ensinando-a e auxiliando-a em seu crescimento. Assim, o gesto pedagógico é a ação de ensinar; é um ato social externalizado por seu agente; é executado pelo indivíduo que transmite aos seus pares ou opositores seu estado de espírito, ou seja, aquilo que o anima, que o faz estar no meio dos outros, relacionando-se com eles em reconhecimento ou irreconhecimento, aceitação ou rejeição; é uma forma de mostrar-se ao olhar dos outros para ser reconhecido como igual ou desigual; por ele transmitem-se valores, a noção de civilidade, a devoção religiosa e a revelação de comportamento de um determinado grupo social. Em sociedade, os indivíduos praticam gestos pedagógicos, educam-se e politizam-se, aprendem e convivem. O gesto pedagógico é um ato político em que o corpo se apresenta como recurso didático do indivíduo e de seu grupo, a classe social e seus diversos estratos. É o corpo animado ou infestado de valores e desvalores, conhecimentos e não saberes, crenças e descrenças, ou seja, as formas sociais de simbolização de seu estar no mundo, que traduz e expressa o quem se encontra diante dos olhares dos outros. A presença do corpo individual é potencializada pelas instituições sociais.

disciplinado em seus gestos mais banais, em suas atitudes corriqueiras, em seus comportamentos aceitos ou marginais, em seus discursos explícitos ou silenciados. Para além do estado enquanto instituição social de poder, de autoridade e de repressão e punição de comportamentos criminosos, Foucault destaca a capilaridade microscópica do poder, constituído em micropoderes de níveis moleculares, em multiespaços de relações sociais. Aprender e ensinar, conviver e se relacionar são expressões do que denominamos gesto pedagógico colonial.

Dessa forma, nosso estudo propõe analisar o gesto pedagógico colonial fundamentado nas relações de poder, autoridade e violência, em especial, circunscrevendo esta narrativa em torno da Revolta do Rio do Peixe – segundo destino seguido pelo grupo de mineradores seguindo o rio de mesmo nome, cuja principal referência atual é o município de Alvorada de Minas, reveladora das tensões no território serrano e brasileiro nos primeiros anos do século XVIII por conta da descoberta de novas e afortunadas lavras de ouro.

Além da discussão em torno das relações políticas – poder, autoridade, violência – fundamentos do gesto pedagógico colonial, centrados na definição foucaultiana de microfísica poder, avançamos em outra direção, buscando como referencial as noções políticas de Hannah Arendt. Para ela, as relações políticas centradas na violência por causa da constante desobediência civil geram a decadência do poder e da autoridade. A Revolta do Rio do Peixe é um desses eventos aparentemente microfísicos, microhistóricos e micropolíticos que se relacionam com um fenômeno político mais abrangente, a modernidade política, ainda claudicante em terras coloniais brasileiras, mas já bastante tensionada na Europa. De fato, todos os homens sabiam como desobedecer e o que lhes podia acontecer como punição. Quando a tensão ou efervescência chegou ao ápice no conflito armado de facções rivais – nesse caso entre o mineiro Geraldo Domingues e o guarda-mor Manuel Corrêa Arzão – temos um evento histórico como gesto pedagógico colonial. Depois dele, muito se aprendeu, reaprendeu, teve que ser ensinado. A Revolta do Rio do Peixe nos ensina sobre os antigos; ela nos ensina sobre como os antigos conviviam entre si e mantinham suas relações sociais, políticas, religiosas e culturais.

Portanto, os resultados de nossa narrativa em torno dos acontecimentos ligados aos primeiros anos das minas do Serro do Frio, giram em torno da evidência de que a modernidade política já operava na colônia brasileira e fazia parte de sua mentalidade cotidiana, em que a microfísica do poder e seus dispositivos de funcionamento ligados à vigilância e à punição eram ensinados e aprendidos diariamente pelos símbolos do poder,

da autoridade, centrados na noção absolutista e ainda não republicana de que a violência gera o poder e o mantém. O gesto pedagógico colonial é uma expressão histórica das relações de poder e de seu conceito antagônico, a violência. Entre os dois, havia a conhecida desobediência civil, nesta época ainda com outros nomes, conhecidos como o crime de lesa-majestade, sedição, revolta ou desassossego público.

Figura 1. Detalhe do mapa da Vila do Príncipe (1731) em que seu autor, o capitão José Rodrigues de Oliveira, mostra o curso do Rio do Peixe.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro/RJ.

A NATURALIZAÇÃO DAS VIOLAÇÕES COLONIAIS: UM RETRATO DO BRASIL

Pena de degredo perpétuo para Benguela, na África. Expulsão de criminosos para o interior do Brasil. Apreamento de índios aldeados para a escravidão e criação de novos arraiais. Destruição de quilombos por expedições militares provisionadas pela Coroa portuguesa.

Quando olhamos com mais vagar o gesto pedagógico colonial das minas do Serro do Frio a centralidade da guerra civil se faz indiscutível. Era uma constante guerra de todos contra todos. A guerra podia começar a qualquer momento. O medo estava sempre no ar. Por isso, a violência parece ser o núcleo em torno do qual se estabeleciam as relações sociais nas minas do Serro do Frio e por conta dela se resolviam os conflitos que ela mesmo gerava. Isso era comum e bastante naturalizado e normalizado porque desde os primeiros anos da colonização brasileira a violência foi a atitude básica da convivência com a diversidade cultural. As dinâmicas de mestiçagens se estruturaram na violência e não na relação pacífica entre os diversos povos em território brasileiro. A origem dessa relação nunca foi pacífica, antes a marca da brasilidade – seja o que for esse “destino manifesto”

representado pelas elites culturais no sécs. XIX e XX – é a violência imposta ao corpo dos escravizados, à colonização pela guerra de territórios ocupados desde tempos imemoriais por povos nômades e seminômades, à submissão pela força da autoridade metropolitana no seus territórios conquistados a ferro e fogo. Toda negação das dinâmicas de mestiçagens pela violência parece, atualmente, pueril ou ideológica, quando não racista e demagógica. A história das minas do Serro do Frio é a história da guerra civil cotidiana, da desobediência civil punida com severidade pelas autoridades locais a serviço do projeto de expansão da Coroa portuguesa, da negociação e convencimento pela força das armas e do aprisionamento. Em suma, as minas do Serro do Frio surgiram como civilização marcada pelo jeito barroco serrano de ser por conta da violência. Sem a violação dos corpos não haveria as dinâmicas de mestiçagens biológicas, demográficas, culturais.

O objetivo a partir desse ponto é descrever alguns conflitos sociais – seja a guerra civil contra quilombos e aldeias indígenas, seja o conflito armado como sedição ou revolta popular – nas minas do Serro do Frio e na Vila do Príncipe na perspectiva de que a violência cotidiana é uma importante característica do gesto pedagógico colonial. Para isso, é necessário compreender como a violência e o medo da guerra civil eram componentes diários da vida no Brasil colonial e, em especial, nas minas de ouro.

Entre 1500 e 1821, houve no Brasil muitos conflitos armados. A extensa lista de conflitos coloniais – muitos ainda estão em estudos, em processo de revisão histórica – pode ser classificada em dois grupos: a guerra propriamente dita e conceituada como disputa entre impérios e reinos por territórios brasileiros ou estrangeiros compõem o primeiro grupo, e o menor entre eles; o segundo grupo é o das guerras civis no interior do território brasileiro entre revoltados, rebeldes, sediciosos, conjurados, quilombolas, indígenas e seus grupos rivais, na maioria representantes dos interesses do império português; é o maior número de conflitos. Em todos eles houve mortos. Na lista dos dois grupos estão de fora todos os conflitos gerados por conta da escravidão dos “gentios”, os indígenas em solo brasileiro; e também não estão registradas as inúmeras guerras civis em solo africano provocadas para o aprisionamento dos escravizados, uma vez que ninguém queria ser escravizado e deportado de sua terra natal. Nosso interesse é o alargamento da compreensão de guerra civil como gesto pedagógico colonial presente de maneira constante nas minas do Serro do Frio, seja como notícia de fora de seu distrito, seja como eventos locais vivenciados nos povoados, arraiais e na Vila do Príncipe e seu termo.

Nesse campo da história política ou da filosofia política há enorme dificuldade conceitual em classificar a guerra civil.

Em primeiro lugar, pela rejeição sistemática dos historiadores em afirmar a guerra civil como realidade social na formação da mentalidade brasileira, em especial, nos seus territórios mais distantes das grandes cidades, as minas de ouro e de diamantes; nesse caso o conceito de “guerra civil” se transforma de maneira adocicada em revolta, conjuração, sedição, etc². Parece haver uma negação corriqueira na afirmação de terminologia da guerra civil, como se isso, de alguma forma, não fizesse parte da brasilidade ou da formação do “povo brasileiro”. Mais uma vez, o mito ou representação do destino manifesto do Brasil e sua missão e vocação no mundo se faz presente, como eternos exportadores de uma alegria pueril carnavalesca, do país originado no encontro pacífico entre as diversas matrizes culturais – o branco, o índio e o português, como quis demonstrar Gilberto Freyre no seu livro *Casa-grande e senzala*, publicado em 1933. O destino manifesto do Brasil não seria a guerra, mas a paz; não seria a guerra civil, mas o respeito à ordem e a sua criativa cordialidade. As minas do Serro do Frio surgiram da guerra civil³ promovida pelos bandeirantes paulistas contra quem se lhes opusesse contradição, alicerçaram-se na prática

² Para Silveira (2010, p. 179), “na última década, a historiografia dedicada ao estudo da América portuguesa tem se debruçado com vigor sobre temas relativos à história política e das instituições administrativas. A importância dos debates que daí resultaram se expressa na grande quantidade de projetos, artigos e livros sobre assuntos correlatos recentemente empreendidos e divulgados. [...] O que se deseja aqui é abordar duas questões mais amplas. A primeira se refere à apropriação e ao uso do vocabulário político. Em grande medida, as preocupações historiográficas atuais resultam do entendimento de que as relações políticas e institucionais na América portuguesa devem remeter, em detrimento do anacronismo, a linguagens específicas fundadas no pensamento da Segunda Escolástica. As discussões teóricas acerca da leitura e do discurso, porém, nos convidam a refletir sobre as condições que presidiram à sua produção e consumo. Não haveria, sob as aparentes homogeneidade e coerência dos pressupostos escolásticos, uma pluralidade de falas e apropriações? Estariam as palavras de São Tomás de Aquino sempre tão distantes das de Maquiavel ou de Hobbes? A segunda questão implica o tema da autoridade. Chamar a atenção para a eficácia da economia do dom e do modelo escolástico como meios de ordenar os conflitos sociais significa, em última análise, investigar a implementação de estratégias autoritárias. Contudo, com que conceito de autoridade têm os historiadores trabalhado?” Questionar o léxico historiográfico talvez esse seja o caminho para se pensar a superação dessa concepção conservadora da abordagem política da história.

³ Luis Mir (2005) afirmou sobre a guerra civil perpetuada nos tempos atuais: “ao identificar o Estado como a matriz da violência, também quero dizer que em nenhum momento, em todos os cinco séculos de história, o Estado brasileiro funcionou como vetor pacificador, civilizatório ou como plataforma civilizatória. O Estado nunca teve como proposta a pacificação do país. Depois de cinco séculos, o país está mais moderno e mais complexo, houve melhorias industriais e comerciais. Então, por que aumentou a escalada da violência em todo o território nacional? [...] As corporações burocráticas públicas (oligarquias políticas e econômicas conservadoras) dentro do Estado geraram impasses e áreas de desestabilidade dentro de fronteiras internas artificiais: favelas, periferias, zonas urbanas degradadas, zonas rurais de latifúndios. Também não conseguiram criar um sentimento de unidade nacional entre os vários grupos étnicos durante a nossa formação como país independente. Populações separadas, social e economicamente, na colonização, continuaram a sê-lo até hoje. O problema do Estado é de quem ele está a serviço. O Estado abdicou de qualquer prioridade de pacificação e trégua social. A macroprioridade é econômica. Se for necessário mais guerra, ela será feita”. Ver: MIR, 2004.

da violência extrema da escravidão indígena e africana naturalizada e normalizada socialmente, mantiveram-se por conta da nova ordem econômica do capitalismo mercantilista europeu/português dependente do ouro para suas trocas comerciais. A violência – como grande parte do Brasil e de Minas Gerais – é a mãe das minas do Serro do Frio.

Em segundo lugar, pela impossibilidade real de categorizar o Brasil como nação independente e por isso como estado nacional. O Brasil deve ser resumido à categoria política de colônia e pronto, sem pontos de contato com outras realidades políticas mundiais. Assim, parece impossível – e de fato não o é – aplicar algumas noções como as de cidadania (os nascidos no Brasil seriam súditos da Coroa portuguesa), nacionalidade (os nascidos no Brasil e seus estrangeiros seriam apenas colonos), revolução (as conjurações são chamadas de lutas pela independência, quando de fato eram processos revolucionários profundamente modernos, especialmente as dos sécs. XVIII e XIX) e desobediência civil (os nascidos no Brasil e estrangeiros seriam obrigados a cumprir as regras do jogo político e aceitar passivamente suas leis). Cidadania, nacionalidade, revolução e desobediência civil seriam conceitos *avant la lettre*, fora de contexto histórico e político pelo fato de o Brasil ser ainda colônia portuguesa. Contudo, o Brasil apesar de obviamente apresentar-se como colônia portuguesa – dentro de uma cronologia que não deve limitar as possibilidades de discussão de temas políticos – já estava inserido no séc. XVIII no contexto da modernidade política europeia, em que estes conceitos estavam em revisão e chegaram a promover grandes transformações nos governos da Inglaterra com a independência das Treze Colônias da América (1776) e da França com a Revolução Francesa (1789). Isso significa que as ideias de pertencimento ao corpo político nacional ou colonial estavam em crise. A nova política moderna com seu renovado corpo conceitual passou a transitar pelo Brasil como gesto pedagógico colonial⁴. Esse novo contexto político se espalhou de boca

⁴ Silveira (2010, p. 227-230) apresenta seis conclusões importantes sobre o tema da autoridade no Antigo Regime que refletem nosso ponto de vista sobre a apropriação do léxico político da modernidade: 1ª) “o pensamento tomista tem de ser visto como parte de um debate doutrinário e histórico mais amplo, pois Tomás de Aquino procurava soluções para um mesmo conjunto de problemas elaborados desde a Antiguidade. Se os historiadores fecharem-se na doutrina escolástica, descolando-a do debate mais amplo, o resultado pode ser, no limite, a crença de que certos pensamentos eram impensáveis no Portugal do Antigo Regime”; 2ª) “diz respeito ao fato de que o tema da guerra estava claramente colocado desde os autores antigos, que tenderam em parte a pensá-la nos termos da *paidéia*, isto é, da percepção de que a formação dos indivíduos e das sociedades dependia de uma elevação moral e do controle de elementos apetitosos e instáveis. Assim, a instabilidade existente entre pessoas, grupos e Estados podia ser concebida como desdobramento de uma natureza humana imperfeita ou de leis históricas inevitáveis”; 3ª) “magistrados e governadores da América portuguesa não teriam condições de governar se, focando seletivamente as estratégias prudenciais de acomodação, não trabalhassem também com táticas bélicas. Embora tais táticas pudessem ser aprendidas através dos livros – fossem os de estratégia militar ou os de história e filosofia política –, a experiência dos governantes dentro e fora do império constituiu também um saber valioso – saber que buscava vincular, de um lado, os esforços de preservação do Estado luso

em boca e as ideias de liberdade, autonomia, cidadania, revolução e desobediência civil passaram a circular na colônia e nas minas gerais (STARLING, 2018). Não podemos apartar as minas do Serro do Frio, as minas gerais e a colônia brasileira do novo cenário político mundial – apesar das reconhecidas escalas de alcance local e global, de ritmos locais diferentes nos vários corpos políticos –, antes devemos ampliar a análise da profunda conexão entre as mudanças políticas do mundo na modernidade e o cotidiano dessas populações.

Por fim, propomos o contínuo alargamento do léxico político da modernidade nas investigações sobre o conceito de poder, autoridade, obediência, cidadania, nacionalidade, revolução e desobediência civil nas minas do Serro do Frio problematizando-o a partir de novas contribuições trazidas por Hannah Arendt e Michel Foucault. Todos eles trabalharam com êxito a modernidade histórica e política e alargaram nossa compreensão sobre esses fenômenos sociais desde o séc. XVI e seu incrível salto quantitativo e qualitativo no séc. XVIII, quando as noções de Maquiavel publicadas em *O Príncipe*, deram início à cientificidade da política.

Arendt demonstra que a política na modernidade é um jogo confuso entre poder e autoridade, entre poder e vigor. Nesta inexactidão conceitual os governos acreditaram que a violência seria prova de grande poder. Contudo, a violência para Arendt reduz o poder e trama contra ele de maneira a miná-lo para sempre. Isso se passou nas minas do Serro do Frio: quanto maior a violência factual e simbólica, maior a adesão dos serranos às propostas liberais.

frente a outras nações e, de outro, as medidas a serem tomadas visando a imposição da ordem nas diversas sociedades imperiais. Não era por acaso que alguns letrados e militares terminavam suas carreiras em órgãos tão importantes quanto o Conselho Ultramarino”; 4ª) “refere-se à necessidade de os historiadores analisarem tanto a guerra quanto a soberania como fenômenos culturais, e não como inevitabilidades naturais ou históricas. Recordar constantemente que o debate sobre o poder remete a noções muitas vezes implícitas sobre o homem e a história é tarefa imprescindível se não desejamos reproduzi-las desavisadamente”; 5ª) “os modelos autoritários de matriz platônico-aristotélica não descaram da importância do aspecto funcional do medo e da coerção psíquica nas formas de domínio. Nesse sentido, a investigação dos modos pelos quais se dava a integração a modelos autoritários, como mostram os estudos sobre religião e crença no Antigo Regime, abre-se à avaliação do preço emocional pago por quem a eles adere ou não adere. O dilema enfrentado, no Antigo Regime, por letrados e autoridades que se dedicaram ao problema do poder é melhor avaliado se retomamos os questionamentos de Platão sobre como garantir a obediência às leis”; 6ª) sobre a soberania impossível na visão de Hannah Arendt, pois “herdeiros que somos do Estado e da soberania modernos, sabemos que, embora o controle sobre si possa se tornar deveras cruel e angustiante, há sempre espaço para confrontá-lo. Conquanto indivíduos e sociedades não sejam a mesma coisa, algo análogo pode ser dito a respeito da colonização lusa no Brasil. Certos dispositivos de domínio – como, por exemplo, as trilhas da distinção – mostravam-se em parte eficientes e criavam as condições para que os governados participassem de modo mais ou menos integrado dos modelos autoritários. Contudo, negar sua capacidade de pensar aquém e além desses modelos consiste num artifício bastante seletivo”.

Insurreições foram comuns no Senado da Câmara, que forma polida, produzia revezes constantes nas decisões autoritárias portuguesas. Nas minas serranas os quilombos foram uma realidade diária: quanto menores as possibilidades de negociação na economia da escravidão, maior a desobediência civil dos escravizados. O poder é a capacidade de agir em concerto, em conjunto, não de submeter a população aos seus mandos e desmandos. A insistência de Arendt é na pluralidade que é o ponto de partida para a criação do espaço para a ação, para o qual os homens se movimentam com a intenção de exercitar a sua liberdade, espaço esse que “existe potencialmente; mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre” (ARENDR, 2000, p. 212).

Por isso, segundo Schio (2006, p. 197) “o poder não é sinônimo de opressão nem de coerção, mas de aptidão humana para viver na pluralidade. Ele é sempre potencial: exerce-se na relação entre os homens, pelo diálogo aberto à multiplicidade de perspectivas”. Dessa forma, a violência é impotente. Arendt insiste na distinção entre violência e poder, afirmando que o poder jamais pode ser substituído pela violência. O poder e a violência apesar de aparecerem muitas vezes juntos na política negam-se um ao outro. Essa negação do poder pela violência está na incapacidade dela de manter um espaço para a ação e para o discurso e na sua fragilidade para a preservação da esfera pública e do espaço da aparência. Não foram poucos os donos do poder coloniais que perderam sua autoridade pelo uso extremo da violência. Com a perda autoridade, foi-se embora o cargo público e o seu privilégio.

Foucault por seu turno, avaliou o processo de biopolitização das comunidades políticas transformadas numericamente em populações na modernidade, a partir do séc. XVIII. Seria muito grande nossa miopia política se não percebêssemos que o gesto pedagógico colonial de desobediência civil retratou a rejeição a este modelo de governamentalidade que já operava nos mecanismos de controle social pela Coroa portuguesa. Registros obrigatórios, alfândegas no litoral e nos caminhos do sertão e das minas gerais, tudo em função única de auferir rendimentos para a Coroa portuguesa. A população não percebia esses mecanismos? Submetia-se passivamente a esses regulamentos? Não, pelo contrário. Para Foucault, a modernidade é um fenômeno percebido primeiramente na Europa: sabemos, contudo, que ela ultrapassa as fronteiras metropolitanas europeias, chegando às colônias governadas e controladas por esta biopolítica que ampliava cotidianamente o controle, aumentando o alcance da microfísica do poder.

Por conta desta capilaridade do poder, temos resistência de vários lados, uma vez que o poder é uma relação social: dos índios, dos escravos, das mulheres e dos freis e padres. Guerras civis aconteceram como prova de que na modernidade os dispositivos de poder podiam regular muitas pessoas durante muito tempo, mas precisavam ser retomados e reajustados às realidades históricas, intensificando seu controle ou mudando suas estratégias.

REVOLTA DO RIO DO PEIXE – 1711-1715

A primeira guerra civil serrana que se tem notícia envolveu dois personagens bastante conhecidos dos primeiros anos das minas do Serro do Frio e da Vila do Príncipe. De um lado, o bandeirante paulista descobridor das minas de ouro serranas coronel Manuel Corrêa Arzão. Na época do confronto armado ele era nada mais nada menos que o importante chefe da Companhia das Ordenanças do distrito, ocupando em alternância com Antônio Soares Ferreira o cargo de guarda-mor. Do outro lado, o sertanista paulista Geraldo Domingues (c.1680-c.1735), mineiro nas lavras serranas da região do Rio do Peixe, a cerca de 18 km do arraial dos descobridores oficiais, o arraial do Serro do Frio.

O conflito já estava estabelecido por relações políticas desgastadas desde o final do ano de 1710. O sertanista paulista Geraldo Domingues percorrendo o distrito das minas do Serro do Frio seguiu em direção ao Rio do Peixe e lá primou as lavras, ou seja, descobriu as pintas de ouro em algum trecho do ribeirão. O primado do descobrimento era garantido pelo *Regimento dos Superintendentes e Guarda-mores*, publicado em 1702. Segundo previa a regra dos descobrimentos, ele tinha o direito de demarcar as duas primeiras 30 braças quadradas de terras no leito do ribeiro (BOXER, 1963, p. 62) em local fixado de acordo com sua vontade. Após primar seus descobrimentos, ele era obrigado por força do *Regimento* a consignar uma terceira propriedade à Coroa portuguesa para ser arrematada pelo melhor preço ofertado. Quem fiscalizava essa negociação era o procurador da Fazenda Real, Baltasar de Lemos de Moraes Navarro, um dos descobridores das minas serranas em 1702. Contudo, Geraldo Domingues não cumpriu a ordem do *Regimento*.

Com isso, o sertanista Domingues foi acusado de causar dano aos cofres do tesouro da Coroa portuguesa. A queixa gerou a diligência militar do guarda-mor em exercício Manuel Corrêa Arzão às lavras do Rio do Peixe a fim de colocar ordem nas lavras descobertas por Geraldo Domingues, garantindo assim, os rendimentos da Fazenda Real. Uma diligência colonial podia gerar duas situações: a resolução do problema mediante ajuste de conduta com o malfeitor; ou uma rejeição de reforma da conduta o que geraria

um conflito armado. Foi o que aconteceu: Geraldo Domingues não aceitou mudar sua opinião, não aceitou consignar as lavras para a Coroa portuguesa e sua Fazenda Real, recebeu ordem de prisão e juntamente com seu grupo armado começou uma guerra civil com o grupo armado do guarda-mor. Não se sabe quantos morreram no combate e quantos dias ou meses durou a guerra civil entre a guardamoria das minas do Serro do Frio e os combatentes rebeldes do Rio do Peixe.

A informação sobre a guerra civil do Rio do Peixe ficou registrada no livro *Memória sobre o Serro antigo* de Dario Augusto Ferreira da Silva. Segundo Silva (1928, p. 9-10, grifos do autor):

Por essa ocasião houve no Serro do Frio motins e conflitos. Foram de mister providências governamentais e o governador Albuquerque, em 6 de fevereiro de 1711, “estando informado que no *distrito do Serro* tem sucedido várias inquietações e desordens ocasionadas entre o coronel Manuel Corrêa Arzão e Geraldo Domingues, sobre jurisdições, com prejuízos... por se não lavrarem os descobrimentos do ouro no Rio do Peixe, escalando-se este sem se repartir nem tirar a data de Sua Majestade, a que se seguiram tumultos com armas, desobedecendo-se as *ordens* do guarda-mor..., ordena a Garcia Roiz chegue ao dito Serro do Frio”... etc. Ora, as minas do Rio do Peixe são vizinhas das do Serro do Frio ou desta cidade. Quem venceu? Parece que foi Manuel Corrêa Arzão – porque: 1º. foi logo ereta a Vila do Príncipe; 2º. porque em 17 de abril de 1714, o governador dom Braz tendo consideração... a pessoa de Manuel Corrêa Arzão, ser *um dos primeiros descobridores* do Serro do Frio, tendo naquele distrito em tudo quanto se lhe encarregou com grande acerto, o nomeava e provinha no posto de capitão-mor... etc.; 3º. em 1715, saiu anistia aos revoltosos do Serro do Frio, que fizeram o motim...

A informação do dr. Dario sobre a guerra civil do Rio do Peixe esclarece, a partir do documento expedido pelo governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1711.

Primeiro, houve uma denúncia oficial contra Geraldo Domingos e de seus camaradas de luta armada ao governador, levando a questão do conflito à instância superior, obrigando o governador a tomar uma decisão para proteger os interesses da Coroa portuguesa, ameaçados pela disputa de poder ou de jurisdição, o que gerava prejuízos à Fazenda Real.

Segundo, não se tratava apenas de um diligência mal-sucedida por parte do guarda-mor Antônio Rodrigues Arzão e de seu comando militar, mas de sua derrota para o grupo armado de Geraldo Domingues, impondo outra ordem nos descobrimentos do distrito das minas do Serro do Frio. O descontentamento dos mineiros em relação à política dos descobrimentos regidos pelo *Regimento* de 1702 era grande e isso provocou a

rebelião de grandes proporções. Geraldo Domingues conseguiu unir os mineiros paulistas, baianos e mais um grupo de aventureiros e seus escravos para lutar contra o guarda-mor serrano. Como era comum nas guerras civis coloniais, o líder dos revoltosos recebeu a acusação formal de desobediência civil.

Terceiro, o problema não era o primado do descobrimento das datas por Geraldo Domingues – isso era direito líquido e certo do sertanista, mas exclusivamente o prejuízo que ele gerou à Fazenda Real não repartindo as datas da Coroa portuguesa, ou seja, impedindo os rendimentos reais com a rentável arrematação das lavras entre os interessados.

Quarto, o governador mandou seus soldados sob o comando de Garcia Rodrigues Velho prender Geraldo Domingues e demais amotinados, o que de fato ocorreu, sendo encarcerados na provisória cadeia do arraial do Serro do Frio. A patente de Garcia Rodrigues Velho foi passada no dia 06 de fevereiro de 1711⁵ pelo governador dom Braz Baltasar da Silveira, em este “o investiu de poderes absolutos com jurisdição de regente do distrito do Serro para em sua passagem por ali sossegar os tumultos e desordens sanguinolentas, que se empenhavam entre o Coronel Manuel Correia Arzão e Gerardo Domingues, por causa da posse do Rio do Peixe” (VASCONCELOS, 1974, 1º v., p. 221). Geraldo Domingues tinha três opções: enfrentar o governo até esgotar seu estoque de armas, munições e vidas; fugir pelo sertão mineiro perdendo suas prerrogativas de sertanista, sofrendo devassa e sequestro de todos os seus bens; ou se entregar como líder da revolta e apaziguar o conflito. Ao que parece, percebendo a dimensão do confronto, o líder se entregou. Com isso, manteve sua reputação diante dos “homens bons” das minas do Serro do Frio como liderança de oposição aos desmandos do governo; apesar da condição de prisioneiro – ele deve ter entrado com um pedido de soltura e de anistia das acusações como era comum e pouco tempo depois já estava livre juntamente com seus camaradas, sendo a anistia publicada em 1715. A estratégia de permanecer vivo e atuante nas minas do Serro do Frio pareceu acertada: ele manteve seu privilégio de “homem bom”, criou reputação de bravura e coragem e acabou reconhecido como bom negociador, assumindo o cargo de juiz ordinário em 1714, na primeira câmara da Vila do Príncipe.

Quinto, e talvez aqui está o grande ensinamento deste episódio para nosso estudo, foi tomada a decisão oficial de elevar as minas do Serro do Frio à Vila do Príncipe,

⁵ Neste dia o capitão-mor Garcia Rodrigues Velho “que vai ao descobrimento das esmeraldas” recebeu ordem para “pôr paradeiro nos conflitos de jurisdições entre coronel Manuel Correa Arzão e Gerardo Domingues” (RAPM, 1927, p. 312). Ainda neste dia o governador Antônio de Albuquerque por ordem encarregou do governo do distrito do Serro do Frio ao mestre de campo Manuel Alves de Morais Navarro (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1927, p. 312).

ampliando os mecanismos ou dispositivos biopolíticos de controle social, com pelourinho, câmara e cadeia oficial, não sem antes elevar a autoridade do “vencedor” da guerra civil Antônio Corrêa Arzão, promovendo-o a capitão-mor do distrito das minas serranas; sexto, Geraldo Domingues como “homem bom” tornou-se o primeiro juiz ordinário da Vila do Príncipe em 1714 (BRISKIEVICZ, 2017) juntamente com outros três vereadores e o procurador do ano, tendo sua anistia oficial publicada em 1715.

A explicação do dr. Dario sobre a Revolta do Rio do Peixe mostra com clareza como era o gesto pedagógico colonial desse contexto de disputa de poder: Geraldo Domingues não era apenas um amotinado, um rebelde, um infrator das leis oficiais, mas no imaginário popular ele era uma vítima dos desmandos portugueses, encarnado na figura do guarda-mor Antônio Corrêa Arzão. A desobediência civil de Domingues parece ter recebido o reconhecimento popular, pelo menos do grupo dos paulistas que não desfrutava dos cargos oficiais do governo das minas do Serro do Frio e viviam das lavras de ouro e das atividades agrárias e pastoris em seu distrito. Ao assumir o cargo de juiz ordinário da primeira câmara da Vila do Príncipe a desobediência civil de Geraldo Domingues foi elevada à categoria de atitude política relevante para a população serrana. Por outro lado, como temos demonstrado, o papel dos bandeirantes paulistas descobridores era o de implantar minimamente o sistema de exploração das lavras de ouro para gerar redimentos do quinto para a Coroa portuguesa, justificando suas provisões, cargos e funções públicas. Depois dos primeiros anos das minas do Serro do Frio a decisão do governo da capitania em elevar o arraial à vila parece se justificar pelo receio de novos motins e novas rebeliões. De acordo com Fonseca (2015, p. 159), quando ela está explicando o desfecho da Guerra dos Emboabas (1707-1709) entre portugueses reinóis ou emboabas e os paulistas:

A concessão do título de vila a certos arraiais foi um dos principais dispositivos adotados para atingir os objetivos descritos. Com a instituição de câmaras nas povoações principais, haveria juízes para administrar a justiça em primeira instância e corpos de milícia para controlar os territórios conselhos: além disso, a distribuição equitativa dos ofícios judiciários e administrativos entre os poderosos locais poderia contribuir para o fim das disputas entre reinóis e paulistas.

A análise acima é bastante importante para nosso estudo da Revolta do Rio do Peixe. A criação da Vila do Príncipe foi uma solução viável na crise da estrutura governamental das minas serranas. De fato, haveria uma distribuição dos poderes mais equânime entre o grupo dos descobridores e o outro, dissidente e rebelde às ordens da Coroa portuguesa. A estratégia de distribuir o poder abrindo a participação nos processos decisivos do corpo político para outras lideranças locais parece ter tido sucesso. Pelo

menos não houve reincidência das lutas armadas. A Guerra dos Emboabas havia ensinado ao Governo-geral do Brasil a lição básica da política: é preciso dividir os inimigos para bem governar. Conforme registra Gouvêa (2000, p. 272):

Ao contrário do que se afirmava outrora, a Guerra dos Emboabas não configurou uma ‘revolta nativista’ expressa no conflito entre os paulistas, desbravadores das Minas, e os ‘estrangeiros’ ou portugueses; antes, foi “uma luta muito específica pelo poder, terras e ouro na nascente Minas Gerais”, exprimindo “o anseio crescente dos poderosos locais pelo controle da administração regional.

A consequência desta guerra civil ou conflito civil (BOXER, 1963, p. 71) foi a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1709, com a conseguinte divisão do território mineiro para melhor governá-lo prosseguiu até 1720, com a criação da Capitania de Minas Gerais e a divisão da Comarca de Sabará para a criação da Comarca do Serro do Frio.

O processo da Guerra dos Emboabas pode ajudar na compreensão da Revolta do Rio do Peixe: ela foi uma disputa por poder entre os paulistas sertanistas e mineiros, ou melhor, por braças de terras de lavras ou datas de ouro, na tentativa de questionar e enfrentar a premissa de concessão das melhores lavras para a Coroa portuguesa, a fim de gerar rendimentos pela arrematação pública. A pergunta seria, então: quem tem direito às lavras, senão os que nela trabalham? Para a Coroa portuguesa todo o ouro mineiro era do rei, e ponto final. Para os mineiros, era necessário rever os privilégios régios sobre os descobrimentos.

Geraldo Domingues⁶ (em alguns documentos Gerardo Domingues) foi biografado no *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* (FRANCO, 1989, p. 144) como

⁶ Segundo Leme (1903, v. VII, p. 102-103, grifo nosso), a família “Domingues” teve a seguinte origem: “é este um Tit[ulo] novo, sobre o qual não escreveu Pedro Taques, que apenas fez menção de alguns membros desta família em Tit[ulo] Godoys, e outros; entretanto, se bem que o tronco desta família fosse um simples povoador sem nobreza conhecida e sem brasão de armas, os seus descendentes se tornarão nobres pelos feitos e serviços à causa pública. Teve começo a família Domingues em Pedro Domingues casado com Clara Fernandes, o qual foi um dos povoadores de São Vicente e São Paulo, como o declarou seu filho do mesmo nome quando em 1638 requereu, juntamente com sua cunhada Catharina Ribeiro, viúva, ao capitão Antônio de Aguiar Barriga, governador da capitania de S. Vicente e representante do conde de Monsanto, uma sesmaria em Santo Amaro, perto de São Paulo. Declarou ser de 60 anos de idade e ter filhos e filhas casadeiras e que ajudou nas guerras de conquista do país. De Pedro Domingues e Clara Fernandes descendem que descobrimos: Cap. 1.º Amaro Domingues Cap. 2.º Pero Domingues Cap. 3.º Leonor Esteves; Amaro Domingues, natural de S. Paulo, foi casado com Catharina Ribeiro (irmã de André Mendes Ribeiro que foi casado com Izabel de Saavedra) fl.ª de Braz Mendes e de Catharina Ribeiro; faleceu em 1636 com testamento”. Eram pais de Clara Domingues, filha do Cap. Amaro Domingues. Ela casou em 1642 em S. Paulo com Antônio Luiz do Passo, natural de Itanhaém, falecido em 1666, fl.º de Gaspar Luiz do Passo e de Agueda Martins; faleceu com testamento em 1675 em S. Paulo, e teve seus filhos Catharina Ribeiro já casada em 1666 com Domingos de Sousa e *João Luiz do Passo já casado em 1666 com Benta Garcia*, falecida em 1732 em Santo Amaro, fl.ª de Miguel Garcia Carrasco e de sua 2.ª mulher Izabel João [...]. Eles eram os pais de Clara Domingues do Passo, Izabel João, Gaspar João

“sertanista de São Paulo, filho de João Luís dos Passos e de sua mulher Benta Garcia”; contudo, segue uma informação incorreta na sequência de sua história: “estabeleceu-se em Pitangui, nas Minas-Gerais, onde fez grande fortuna e teve uma célebre luta com o coronel Manuel Corrêa de Arzão, em 1711”; como vimos, ele viveu nas minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe, pelo menos até 1726, quando em suas atividades de sertanista – possuía para isso provisões, armas e grande bando ou grupo de ajudantes – “desempenhou várias incumbências referentes ao sertão, a solicitação do Governo-geral do Brasil, sendo que uma delas foi a de combater o gentio bravo [índios], que infestava o sertão do rio Pardo, em 1726”. A passagem célebre de sua biografia replicada pelos estudiosos dos sertanistas brasileiros foi ter enfrentado a Coroa portuguesa, representada pelo bandeirante paulista descobridor das minas do Serro do Frio, o guarda-mor Manuel Corrêa Arzão.

CONCLUSÃO

A Revolta do Rio do Peixe teve o desfecho bem diferente em relação ao descobridor das minas do Serro do Frio, Antônio Soares Ferreira. Em 1720, o bandeirante paulista primava descobrimentos na região de Conceição do Mato Dentro quando recebeu ordem do governo para abandonar aquelas datas ou lavras. Na época, o governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro era dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, conhecido na história mineira como quem findou com a Revolta de Vila Rica⁷ liderada por Felipe dos Santos, em 1720. Segundo estudos recentes, o Conde de Assumar não costumava negociar com os rebeldes, ou quando simulava acordos, não os cumpria, como aconteceu com a guerra civil da Vila Rica, que acabou com o esquitejamento de seu líder. Antônio Soares Ferreira resolveu desobedecer as ordens do governador em abandonar suas lavras. Sabendo que o governador Conde de Assumar enviara a comitiva do coronel José Borges Pinto para dar cumprimento à ordem de prisão e sequestro de seus bens, juntou seus aliados em sangrenta batalha que culminou com seu assassinato. Não ficou esclarecida a condição exata de sua morte, se por tiro durante a fuga ou por pena de morte cumprida no Mato Dentro depois de sua prisão. Fato é que o coronel José Borges Pinto tinha ordens para matar o bandeirante. Seguiu-se o sequestro de

do Passo, Antônio Luiz do Passo, *Geraldo Domingues que foi potentado em Serro Frio onde disputou ao coronel Manuel Corrêa de Arzão a suprema autoridade pelos anos de 1711 e Matheus Domingues*”.

⁷ Para Starling (2018, p. 69), “a pauta de reivindicações da Sedição de Vila Rica escondia um projeto de República; tomava corpo entre os rebeldes de Vila Rica a autopercepção de que poderiam governar a si mesmos à sua própria maneira, escreveu Assumar, usando o termo ‘República’ para nomear a engrenagem que assegurava a marcha da sedição”. Ver: ANASTASIA, 2012, p. 59-74.

seus bens no distrito das minas do Serro do Frio e em São Paulo. Podemos afirmar que o assassinato do descobridor das minas do Serro do Frio foi um ensaio do que aconteceria na Revolta de Vila Rica poucos anos depois, com desfecho “exemplar” de esartejamento de seu líder para servir de aviso a quem se insurgisse contra a Coroa portuguesa em crime de lesa-majestade.

A violência e suas violações, a autoridade e suas autorizações, o poder e seus potentados, a desobediência civil e seus criminosos, a vigilância e a punição, o medo e a coragem, os dispositivos usados cotidianamente nas relações moleculares da política, foram vivenciados como dinâmicas políticas nas minas do Serro do Frio, de 1702 até 1715. A Revolta do Rio do Peixe é uma das sedições no amplo espectro de formação política brasileira e mineira. O gesto pedagógico colonial em sua vertente política mais explícita ensinava a quem e como obedecer. A tensão e a efervescência culminando em guerra civil raras vezes vivenciada nas minas serranas como disputa armada entre facções – deixamos de lado os quilombos, pois demandaria outras análises e aprofundamentos – revela como esses homens e mulheres conviviam entre si, ensinando e aprendendo a política cotidiana como súditos da Coroa portuguesa em território brasileiro.

Por fim, esclarecemos que nosso intuito não foi o de incensar personalidades, vultos e pessoas ilustres. Pelo contrário, negamos a ideia de que os bandeirantes eram destemidos “desbravadores” do sertão. O sertão talvez seja uma invenção arrojada e que necessita ser revista para negar as guerras civis que se passaram nas terras serranas entre os indígenas – para quem o sertão nunca existiu, eram suas terras –, entre os paulistas e os escravos. Todo pedaço de chão serrano tem a marca da conquista pela violência. Acreditamos que a violência foi, de fato, como qualquer processo de colonização, a mãe do norte das minas gerais. Foi necessária muita barbárie para que em algum momento se estabelecesse a tal “civilização serrana”, que é um fato histórico inegável. Podemos pensar, como sugere Eduardo França Paiva (2015), que a civilização não é uma unidade, mas composta de diversidades, de múltiplas vozes, de inúmeras colorações, de muitos trânsitos culturais. Assim, nosso cuidado é passar a limpo – de maneira limitada pelos documentos disponíveis em arquivos públicos – algumas biografias dos primeiros homens e mulheres das minas do Serro do Frio. Há o núcleo duro dos homens do descobrimento, os bandeirantes primeiros a arrancar nas minas serranas: Antônio Soares Ferreira, seu filho João Soares Ferreira, Manuel Corrêa Arzão, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, Baltazar de Lemos de Moraes Navarro. Há outro grupo periférico, orbitando em volta dos

descobridores primazes: Gaspar Soares, Gabriel Ponde de Leon, Lucas de Freitas de Azevedo, José Luiz Borges Pinto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes**. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO DO RIO DE JANEIRO. **Carta topográfica das terras entremeyas do sertão** e distrito do serro do frio com as novas minas dos diamantes – Autor Cap. Jozeph Rodrigues de Oliveyra, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, papel canson telado, bom estado, medindo 67cm x 55,5cm.

BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **A arte da crônica e suas anotações**: história das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas. (14/03/1702 a 14/03/2003). Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei**. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, José da; ROQUETE, J.-I. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia., 1848.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**: século XVI-XVII-XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6.ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 23.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1984.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Guerra dos Emboabas. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 270-272.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulistana**. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1905.

MIR, Luís. Estado, o maior criminoso [Entrevista]. **A Nova Democracia**. Ano III, n. 23, fevereiro de 2005. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-23/703-estado-o-maior-criminoso>>. Acesso: 06 jul. 2020.

MIR, Luís. **Guerra civil: estado e trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII. As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

REGISTRO DE RESOLUÇÕES, BANDOS, CARTAS PATENTES, PROVISÕES, PATENTES E SESMARIAS 1710-1713. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 1927, p. 312 (Código 7 da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro).

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. **Memória sobre o Serro antigo**. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SILVEIRA, Marco Antônio. Guerra e doutrina: a historiografia brasileira e o problema da autoridade colonial. **História da historiografia**, Ouro Preto/MG, n. 04, março 2010, p. 178-233.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia**. A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga de Minas Gerais**. 1º volume. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

RECEBIDO EM: 13/07/2020 PARECER DADO EM: 30/11/2020